

LEI Nº 1.338, DE 21 DE MARÇO DE 2022.

Projeto de Lei nº 765/2022

Autoria do Poder Executivo Municipal

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA SERRA COM O ESTADO DE SÃO PAULO VISANDO A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “ATIVIDADE DELEGADA”, COM A CONSEQUENTE CRIAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO A SEREM PAGAS AOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES QUE EXERCEREM, NOS TERMO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FELIPE GEFERSON SEME AMED, Prefeito do Município de São Lourenço da Serra, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município São Lourenço da Serra autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, visando à conjugação de esforços para a implantação do programa denominado Atividade Delegada, visando o desenvolvimento de programa integrado de fortalecimento da segurança pública e combate à violência, consiste na execução de atividades administrativas municipais de modo compartilhado com policiais civis e militares, devidamente munidos de seu respectivo equipamento de proteção



individual, em cada escala especial, isolados ou em apoio a agentes do município, em locais a serem especificados em plano de trabalho próprio.

§1º O termo de convênio a ser firmado entre os partícipes disciplinará a cooperação descrita no caput e, ainda, as obrigações comuns e específicas de cada um, descrevendo, expressamente, os deveres e obrigações das partes.

Art. 2º Fica autorizada, também, a criação da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos especificados nesta Lei, a ser mensalmente paga aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar que exercerem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo, por força de convenio a ser celebrado com o Município de São Lourenço da Serra.

§1º O valor da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, é fixado em uma Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP por hora de serviço trabalhada.

§2º A gratificação será paga mensalmente, sempre mediante adesão prévia do policial militar ou do policial civil, até o limite de 10 (dez) dias de trabalho ao mês, em turnos de até 8 (oito) horas, nos horários de folga do serviço ordinário, em escala mensal própria e controlada pelo comandante ou chefe responsável pela fração policial, observando-se o disposto no §2º, do art.1º desta Lei.

§3º O pagamento da gratificação será incompatível com a percepção de outras vantagens da mesma natureza.

Art. 3º Para pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, a Polícia Civil e a Polícia Militar encaminharão a Comissão Paritária de Controle, criada nos termos da presente Lei, planilhas com número das horas despendidas por cada Policial Civil ou Policial Militar, respectivamente, no exclusivo exercício da Atividade Delegada, bem como o montante total de acordo com os valores fixados no convênio.

Parágrafo único. Devidamente atestado pela Comissão Paritária de Controle, o Município irá realizar diretamente o pagamento da gratificação na conta corrente indicada por cada Policial Civil ou Policial Militar empenhado.



Art. 4º Para celebração e acompanhamento da execução do convênio será constituída uma Comissão Paritária de Controle, composta por seis integrantes, sendo dois membros do Município, dois membros da Polícia Civil e Militar e dois membros da Polícia Militar.

§1º Os membros da Polícia Militar serão indicados pelo Comandante compreendido o 25º BPM – que integra o Município de São Lourenço da Serra ou por quem este designar ou for indicado no convênio.

§2º Os membros da Polícia Civil serão indicados pelo Diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo- DEMACRO, no qual está compreendida a Delegacia Seccional de Polícia de Taboão da Serra, Delegacia regional que está subordinada a Delegacia de Polícia de São Lourenço da Serra ou por quem este designar ou for indicado no convenio.

§3º A presidência da Comissão Paritária de Controle caberá a um dos membros indicados pelo Município, devendo o seu voto prevalecer em ocorrência de empate por ocasião das deliberações da Comissão.

§4º Só terão assento na Comissão Paritária de Controle os membros do segmento policial que possuir convênio vigente com o Município de São Lourenço da Serra, nos termos do artigo 1º da presente Lei, permitindo-se, no caso de convenio vigente com apenas um segmento policial, que a Comissão Paritária de Controle funcione com até 4 (quatro) membros.

§5º Incumbira a Comissão Paritária de Controle:

I – Elaborar o Plano de Trabalho que integrara o convenio;
II - Acompanhar a execução do convênio;
III - Avaliar a quantidade necessária de efetivo para o desempenho da Atividade Delegada e encaminha-la ao respectivo responsável pela indicação, na forma definida nos §§ 1º e 2º deste artigo;

IV - Conferir o emprego de pessoal disponibilizado pela Policia Militar e pela Policia Civil, atestando o número de horas despendidas por cada Policial Militar ou Policial Civil, no exclusivo exercício da atividade municipal delegada, bem como o montante total a ser transferido pelo Município, de acordo com os valores fixados no convênio;

V - Propor as adequações que se fizerem necessárias.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, suplementadas, se necessário, ou por créditos especiais.

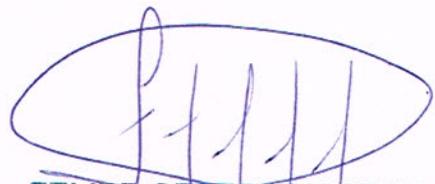


Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, se necessário, crédito especial para atendimento das despesas de que trata a presente Lei.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, naquilo que couber, poderá regulamentar a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço da Serra, 21 de março de 2022.



FELIPE GEFERSON SEME AMED
PREFEITO MUNICIPAL